HISTÓRIA, LITERATURA E TEMAS SENSÍVEIS: DIÁLOGOS COM OS ESCRITOS DE IGNÁCIO DE LOYOLA BRANDÃO

HISTORY, LITERATURE AND SENSIBLE THEMES: DIALOGUES WITH THE WRITINGS OF IGNÁCIO DE LOYOLA BRANDÃO

Vera Lucia Silva Vieira [1]

Resumo: Este artigo problematiza e dialoga com os escritos de Ignácio de Loyola Brandão, escritor e jornalista contemporâneo que, em diferentes formas narrativas, apresenta questões importantes sobre a memória, a história e o exercício de elaboração do passado. Registros literários que mobilizam diferentes processos de rememoração, reconstrução e reinvenção do passado, na perspectiva de testemunha e salvaguarda da história e da memória. Pautando-me por uma leitura histórica, destaco figurações da ditadura civil-militar de 1964, do nazismo e seus desdobramentos. A despeito das múltiplas formas de violência presentes na sociedade brasileira, enfatizo a força da literatura e a dimensão ética, estética e política da escrita da história.
Palavras-chave: História; Ignácio de Loyola Brandão; Literatura.

Abstract: This paper problematize and dialogue with the writings of Ignácio de Loyola Brandão, a contemporary writer and journalist who, in different narrative forms, presents important questions about memory, history and the exercise of elaborating the past. Literary narratives that mobilize different processes of remembrance, reconstrucion and reinvention of the past, in the perspective of testemony and safeguard of history and memory. From a historical reading, I highlight representations of the 1964 civil-military dictatorship, Nazism and its consequences. Despite the multiple forms of violence presents in Brazilian society, I emphasize the strength of literature and the ethical, aesthetic and political dimensiono f whriting history.
Keywords: History; Ignácio de Loyola Brandão; Literature.

Ignácio de Loyola Brandão, escritor e jornalista contemporâneo, nas suas narrativas plurais, mobiliza diferentes processos de rememoração, reconstrução e reinvenção do passado; recolhe da memória e da história recursos materiais, simbólicos e afetivos para o processo criativo. Articulando a memória como matéria-prima, o escritor convida a história ao diálogo rememorando passagens não só da história do Brasil como do mundo,

[1] Doutora em História e Cultura Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP - Franca (2017). Professora titular da rede municipal de ensino da Prefeitura de Catalão/GO. Professora substituta da Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão /UFCAT (2019-2021)

momentos em que as figurações da ditadura civil-militar de 1964, do nazismo e seus desdobramentos ganham relevância no escritos.

Compreendendo o discurso literário como ação que instaura uma intervenção política (FARIA, 2006), procuro ler a textualidade de Loyola Brandão pensando as *políticas da escrita*, longe de indagar, numa postura ilustrativa, os acontecimentos políticos que retrata. Questões que procuro depreender, sobretudo, com destaque para o valor da literatura e da ficção pela possibilidade de lançar luz sobre *eventos-limite*, episódios violentos ainda de difícil acolhimento na esfera da reflexão e do pensamento, no sentido de que a ficção possa contribuir para o pensamento plural e para a constituição de um repertório mais humano e mais ético, em especial quando se trata da sociedade brasileira recorrentemente marcada pela violência e pela negação dos rastros dessa mesma violência (HARDMAN, 1998).

Como lembra-nos Beatriz Sarlo[2] (2007), o passado é inevitável e conflituoso. Ele irrompe independentemente da vontade e da razão e "sua força não pode ser suprimida senão pela violência, pela ignorância ou pela destruição simbólica e material" (SARLO, 2007, p.56). Aspectos que podem reforçar as disputas pelo passado e que ocorrem também na e pela literatura, tomada aqui como espaço de circulação de afetos, percepções, informações e sensibilidades que, longe de estabelecer uma relação de verdade, produz e coloca em movimento (in)visibilidades e *partilhas do sensível* (RANCIÈRE, 2005).

A literatura acolhe a ambivalência oferecendo-se às múltiplas dimensões da experiência humana, formas e sentimentos. Literatura que, para Jacques Rancière (1995, p.27), provoca tensão, desestabiliza lugares e espaços, resiste à redução nominalista com a propriedade de "desmanchar as relações estáveis entre nomes, ideias e coisas e, junto com elas, as delimitações organizadas entre as artes, os saberes ou os modos do discurso".

Entre a cultura e seus códigos e as teorias do pensamento que tentam lhes imputar e atribuir uma forma ou uma explicação racional, Michel Foucault mostra a existência de outra ordem, "confusa", "obscura" e que a linguagem não consegue captar na sua integridade. Há um descompasso entre a linguagem e aquilo a que se refere – "por mais que se diga o que se vê, o que se vê não se aloja jamais no que se diz" (FOUCAULT, 1999, p.11). Os não ditos da história, os "inomináveis" e os "invisíveis" solapam a linguagem; só o excesso de palavras tomadas às atribuições da literatura poderiam possibilitar, na concepção de Rancière, uma possível aproximação da escrita da história à opacidade da vida social, pela dificuldade e/ou impossibilidade de se apreender na sua inteireza qualquer experiência humana.

[2] Embora a autora tenha uma abordagem mais específica sobre a Argentina pós ditadura, seu estudo não deixa de contribuir para o debate sobre o Brasil e outros países da América Latina que viveram situação correlata.

Configurações a partir das quais os enunciados políticos, históricos, filosóficos ou literários sedimentam sensibilidades e subjetivações que atuam no exercício das ações de mulheres e homens e na própria reflexão e constituição da realidade. Independentemente do quanto de ficção se aloje num discurso (político ou literário, dentre outros), há a produção de um imaginário que adquire potencialidade de ação, "pode penetrar no mundo e aí agir" (ISER, 2002, p.959), produzindo efeitos na medida em que atuam no exercício de práticas sociais e políticas.

A produção literária traz as marcas da cultura, não como produto da transposição da realidade para o texto, conferindo forma ao que a antecede, ao que já estava colocado na conformação da sociedade, mas, sobretudo, como modo de questionamentos, acomodações e/ou rearranjos, no entendimento de que a literatura supõe um processo de construção discursiva, em que o objeto ficcional não se esgota "na interpretação, temporalmente variável, que se lhe dê" (LIMA, 2003). A ficção designa certo arranjo dos eventos, dos signos, das imagens, mas também estabelece a relação entre um mundo referencial e mundos alternativos, na possibilidade de reconfiguração da ordem do real (heterotopias) pela arte. Diz respeito, sobretudo, às possibilidades de experiências sensíveis. Deslocamentos que, para Rancière (2005), sinalizam a *potencialidade política da arte*, não como uma pedagogia ou explicação do mundo, mas sobretudo como uma *partilha sensível*.

Conceito fundamental na minha abordagem é o de *Stimmung* de Hans Ulrich Gumbrecht (2014a), que sinaliza a perspectiva da materialidade da linguagem em acometer a dimensão afetiva dos sujeitos, formas que envolvem corpos e sensações. *Stimmung* designa, entre outros sentidos, sentimentos, estados emocionais, tons, tendências, clima e atmosfera. *Stimmung* relaciona-se com *Stimme* (voz) e *stimmen* (afinar um instrumento musical). O teórico destaca o sentido que relaciona *Stimmung* com as notas musicais e com o ato de escutar sons, o que poderia provocar *atmosferas* específicas que trazem nuances que desafiam o poder de discernimento e de descrição, bem como o poder da linguagem para as captar:

> É bem sabido que não escutamos apenas com os ouvidos interno e externo. O sentido da audição é uma complexa forma de comportamento que envolve todo o corpo [...]. Cada tom percebido é, claro, uma forma de realidade física (ainda que invisível) que "acontece" aos nossos corpos e que, ao mesmo tempo, os "envolve" (GUMBRECHT, 2014a, p. 13).

O argumento de Gumbrecht é que os textos afetam os "estados de espírito" dos leitores a partir do que ele chama de "potencial oculto da literatura". Trata-se da capacidade da literatura de produzir experiências e sensações que também são físicas, na produção de encontros e tensões que podem também impactar o corpo como categoria sensorial e perceptiva. Diz respeito às formas de experiência estética, histórica e sensível. Esforços analíticos que procuram relacionar as circunstâncias em que são criados os textos literários e as realidades que a própria literatura cria e

provoca, impactando e mobilizando conhecimentos e reflexões ao envolver corpos, afetos e pensamentos.

As narrativas plurais de Loyola Brandão tematizam questões profundas que dizem respeito às percepções de memória, história e elaboração do passado e tocam subjetividades, sensações, afetos, inquietações e incertezas em relações de indiferença e astigmatismo histórico e político. Suas obras publicadas no período da ditatura civil-militar de 1964-85 – em especial, *Bebel que a cidade comeu* (1968), *Zero* (1975), *Cadeiras Proibidas* (1976) e *Não verás país nenhum* (1981) – expressaram, de diferentes modos, o horror ao regime autoritário. Obras que podem também ser lidas na perspectiva da *literatura de testemunho*, tendo por respaldo a noção sugerida por Jeanne Marie Gagnebin (2006, p.57) que, a partir de Primo Levi, redimensiona a figura do testemunho. O testemunho não é apenas aquele que presenciou ou experimentou a violência, mas também aquele que consegue ouvir a "narração insuportável do outro".

Contar história(s) é também acolhê-las; é ativar a circulação de (in)visibilidades e tessituras do sensível. Com a contribuição de Manoel Luiz Salgado Guimarães, o recurso à literatura surge "não como fonte histórica no sentido de manancial de informações a serem extraídas pelo pesquisador meticuloso, mas como lugar de boas perguntas acerca de um problema, como lugar de fecundação do pensamento" (GUIMARÃES apud ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p.17).

Um dos aspectos mais importantes que atravessam a prática historiográfica consiste em refletir sobre as dimensões éticas e a responsabilidade social e coletiva que envolve as formas pelas quais a nossa sociedade lida com seus passados, relações vicejadas no entendimento das múltiplas temporalidades entrelaçadas, afinal as diferentes dimensões do tempo só podem ser pensadas se articuladas como partes indissociáveis. Preocupação fundamental que impõe a reflexão sobre os caminhos atuais, sobre a intolerância e o autoritarismo crescente no Brasil e as expectativas de futuro que se abrem (ou se fecham).

Loyola Brandão atribui papel fundamental à história e ao conhecimento do passado no conjunto de sua produção literária. O escritor lamenta que, nas palestras pelo Brasil, em conversas com estudantes nos eventos literários, a noção do que foi a ditadura de 1964 aparece cada vez mais distante: "Você fala do regime militar brasileiro e parece que está tratando da Revolução Francesa, do Iluminismo, da Revolução Americana" (BRANDÃO, 2001, p.40). Sua escrita examina e destaca múltiplos aspectos da violência de políticas e práticas sociais que visam, sobretudo, à produção do esquecimento. A omissão e/ou vigilância sobre a história é questionada em seus escritos de variadas formas:

> O povo ainda fala desses tempos insondáveis. Eles sobrevivem na tradição oral. Os livros de história omitem. Quem se der a um grande trabalho, encontrará nos arquivos de jornais alguns elementos. Distorcidos, é claro. Foi um período de intolerância, amordaçamento, silêncio (BRANDÃO, 1988, p. 21).

> Quando passo pelos bairros da Circunstancial Número 14, vejo os prédios imensos, onde está guardada a memória nacional. Ninguém sabe que fatos estão depositados ali. Para não dizer das pastas carimbadas. A SEREM ABERTAS DENTRO DE DOIS SÉCULOS. (BRANDÃO, 1988, p. 22).

> [...] sempre se fala que, graças a Deus, não se derramou o sangue do bom povo brasileiro. Mentira. Derramou-se muito. Escondido (BRANDÃO, 2001, p.363).

> A história (como sempre) manipulada pelas conveniências (BRANDÃO, 2000, p. 09).

Figurações que remetem à omissão e/ou vigilância dos livros didáticos em tempos repressivos, aos jornais censurados e/ou manipulados, à dificuldade de acesso aos documentos, às práticas de manipulação e/ou apagamento de traços da história e da memória, dissimulação presente na sociedade brasileira que, muitas vezes, nega e camufla as tensões sociais, na procura por manter a falsa imagem de coesão e harmonia sociais. Relações complexas que tecem uma sociedade autoritária e violenta.

Os conflitos e tensões referentes à Segunda Guerra Mundial também ocupam lugar de destaque na literatura de Loyola Brandão. Ainda criança, teve contato com as notícias da guerra e seus desdobramentos, o que se tornaria um marco em sua trajetória:

> Esta guerra que minha geração, criança, seguiu de longe, principalmente através das revistas de propaganda aliada [...]. Havia racionamento do pão e meu pai era obrigado a ir para a fila da padaria em plena madrugada [...]. Uma coisa que nós, moleques nunca entendemos. Os blecautes. Por que Araraquara ficava às escuras, se a guerra era tão longe da gente? (BRANDÃO, 1984, p.71).

A percepção desses acontecimentos e a formação escolar em período que o Brasil "não ocultava suas afinidades com as ideias nazifascistas" (CARNEIRO, 1995, p.39) teve papel importante na sua formação. Anos mais tarde, percorreu caminhos de pesquisa e leitura, buscando significados e sentidos para coisas que, naquele momento, não compreendia bem. Desde suas primeiras obras, momento em que o Brasil vivia sob forte autoritarismo, temas relacionados ao nazismo e aos campos de concentração, embora não como foco principal, foram rememorados pelo escritor:

> Aquilo tudo lembrou-me na hora qualquer coisa que não conseguia recordar. Mas era uma impressão de medo que me percorria. O arquiteto disse: "isto é uma prisão. Não tenho dúvidas". Aí foi que me deu o clarão: *campo de concentração. Um dos professores foi quem descobriu as tabuletas. Enormes*. (BRANDÃO, 2001, p.353 – grifo meu).

> As filas, expressões perplexas, interrogativas, me lembravam outras filas do passado [...]. *Os judeus a caminho dos fornos crematórios. Pode estar se repetindo e nem nos damos conta.* (BRANDÃO, 1988, p. 316 – grifo meu)

> Tudo o que queremos é uma sombra sobre as cabeças, durante o dia. Não parece muito. Digo não é nada. No entanto, repito sempre, país maluco este, em que o nada se transforma em tudo. *As Marquises, solução final.* A sombra e a espera. Digam: não é curioso esperar, sem saber o quê? [...] Ninguém sabia, exatamente, o que eram as Marquises. Imaginamos abrigos *racionalmente organizados*, *como aqueles construídos na Europa, durante a segunda guerra mundial* (BRANDÃO, 1988, p. 319-321 – grifo meu).

Na coletânea *Não olhe nos olhos do inimigo*, de Anita Leocádia Prestes (1995)[3], Loyola Brandão traz instigantes reflexões. Conta que entre 1948 e 1949 – "os primeiros anos de ginásio", leu num jornal sobre o drama da família Frank. A notícia teria sido provocada pela publicação na Holanda do diário da menina Anne Frank que relatava sua vida num sótão, fugindo da perseguição nazista:

> Foi uma das primeiras percepções sobre os dramas que se passaram na sombra de uma grande guerra, envolvendo pessoas simples [...]. Os dramas individuais provocados pela guerra estavam distantes, era como se não existissem [...]. Descobrimos que a história que nos ensinavam omitia o contemporâneo. Se nos questionassem sobre reis e rainhas francesas, sobre faraós e múmias, sobre cruzadas, poderíamos falar muito. Mas se nos perguntassem sobre Churchill, Roosevelt, Hitler, Mussolini, ou mesmo Getúlio Vargas, que tinha sido ditador até poucos anos antes, estaríamos quietos (BRANDÃO, 1995, p.34).

Ganha destaque a percepção das formas como a história pode ser manipulada e/ou omitida. O escritor também não deixou de registrar que seu pai "pertenceu a uma geração de pessoas humildes que glorificou Getúlio Vargas" e foi "fiel ao seu ídolo até a morte". Quando leu *Olga*, de Fernando Morais, Loyola Brandão mostrou o livro ao pai para que ele soubesse o que havia se passado nos "subterrâneos do governo Vargas". O comentário do pai – "Mas essa mulher não era comunista?" – o fez pensar sobre as várias faces de uma ditadura. O pai era homem "instruído" e "íntegro", um "homem reto que, todavia, 'autorizava' a 'execução' de Olga Benário pelo fato de ela ser comunista". Reconhecia o pai como incapaz de "fazer mal a alguém", porém contaminado pelo poder da propaganda "insidiosa do Estado e da Igreja". O episódio o fez constatar o que a propaganda política é capaz de fazer: ela "corrói e destrói pessoas que são boas [...] mas que, todavia, aceitam o mal, colaboram com ele, praticam a violência, na aceitação de fatos distorcidos". Anne Frank e Olga Benário tornaram-se, para o escritor, "símbolos da perplexidade em que se atola, enfim, a mente humana" (BRANDÃO, 1995, p.34-37).

[3] Às vésperas das comemorações dos cinquenta anos do fim da Segunda Grande Guerra, Anita Leocádia Prestes, filha de Olga Benário Prestes e Luiz Carlos Prestes, juntamente com outros pesquisadores e escritores, dentre eles Ignácio de Loyola Brandão, buscaram refletir sobre a tarefa de memória no que diz respeito às vítimas do nazismo. Cf. PRESTES, Anita Leocádia (et al). **Não olhe nos olhos do inimigo:** Olga Benário e Anne Frank. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

Do diálogo com Loyola Brandão, apreendemos a face hedionda dos regimes totalitários que passa pelo difícil reconhecimento da existência de pessoas comuns que, de variadas formas, colaboram com o horror pela inexistência de ação política. É a parte "silenciosa e tenebrosa que existe em todo o mundo. Os que nada veem, nada ouvem, nada fazem, fecham portas e janelas – mas olham pelas frestas – e se omitem" (BRANDÃO, 1995). *Banalidade do mal* que, para Hannah Arendt, desafia as palavras e o pensamento (ARENDT, 1999).

O escritor aponta a importância da memória – e como esta pode ser "apagada, disfarçada, filtrada, reativada" – na sua tarefa de lembrar a sociedade sobre o horror do regime nazista. Reconhecendo a violência e o desprezo pela vida humana nos sistemas totalitários, Loyola Brandão reforça a ausência de loucura e acrescenta o uso da racionalidade e o colaboracionismo num pacto silencioso, insidioso, em que se sabia o que se passava, mas nada fazia. Alerta para a instabilidade das relações com o passado e a importância do *dever de memória*:

> Uma vez li num jornal sobre estranha doença. A pessoa morre se dorme por muito tempo, porque para de respirar e se sufoca. Pessoas assim precisam ser acordadas de tantas em tantas horas, para que não morram. Pais de crianças assim passam a vida se revezando, acordados e despertando filhos. Para que vivam. *Assim temos que agir em relação ao nazismo. Ficarmos acordados, sacudindo a memória de hora em hora* [...]. Este livro é uma tentativa de despertar, para que mais pessoas não morram no futuro (BRANDÃO, 1995).

A textura da escrita parece vicejar o desejo de partilhar parte da tarefa do historiador, o que para Jeanne Marie[4] (2006, p.47) consiste em esforço ético e político: a luta contra o esquecimento e a denegação que é também a luta "contra a repetição do horror (que, infelizmente, se reproduz constantemente)". Enterrar os mortos do passado cavando um túmulo para os que dele foram privados; enterrar os mortos e, sobretudo, despertar a memória e cuidar dos vivos, sacudir "*a memória de hora em hora*" para que não durma sono profundo. Será que o excesso de memória e rememorações, num culto exagerado ao passado, seria suficiente para impedir que atrocidades voltassem a ocorrer? A autora insiste que não se pode sacralizar a memória, num ritual de lembrar por lembrar, mas que se deve buscar instrumentos para a efetiva elaboração do luto em relação ao passado, para melhor esclarecer o presente e nele intervir.

Questões nas quais sobressaem o apelo ao *dever de memória*, em especial nas últimas décadas do século XX com as múltiplas políticas de memória (HUYSSEN, 2000). Jacy Alves de Seixas (2000, p,77) enfatiza as ambivalências e contradições desse movimento: se por um lado, é preciso ter

[4] Optei por mencionar, no corpo do texto, o primeiro nome das autoras como forma de visibilizar a produção acadêmica e intelectual das mulheres, ciente de que, muitas vezes, o destaque para o sobrenome pode induzir relacionar à autoria masculina.

um olhar crítico para esse apelo do "proibido esquecer", por outro, acontecimentos marcantes e traumáticos do século XX, entre eles o extermínio de judeus e, acrescento, os desaparecimentos, mortes e torturas nas ditaduras da América Latina, são difíceis de serem pensados fora da esfera do *dever de memória*. Questões profundas e lapidares, em especial, a partir do alerta de Hannah Arendt (2016) para quem o totalitarismo não pertence ao passado:

> O perigo das fábricas de cadáveres e dos poços do esquecimento é que hoje, com o aumento universal das populações e dos desterrados, grandes massas de pessoas constantemente se tornam supérfluas se continuamos a pensar em nosso mundo em termos utilitários. Os acontecimentos políticos, sociais e econômicos de toda parte conspiram silenciosamente com os instrumentos totalitários inventados para tornar os homens supérfluos [...]. Os nazistas e bolchevistas podem estar certos de que as suas fábricas de extermínio, que demonstram a solução mais rápida do problema do excesso de população, das massas economicamente supérfluas e socialmente sem raízes, *são ao mesmo tempo uma atração e uma advertência*. (ARENDT, 2016, p. 609-610).

Ainda hoje estão em disputa diversas narrativas e memórias que envolvem diferentes eventos traumáticos do século XX, como o genocídio judeu, a tortura, o exílio e os desaparecimentos políticos. No Brasil, a ditadura civil-militar de 1964 aparece como matéria de constantes embates e inquietações. Nesse sentido, é necessário refletir e problematizar o quanto esse passado ainda é constituidor dos modos de criar nossas relações no presente (PEREIRA, 2018), bem como de criar práticas que tendem a silenciar as violências perpetradas e investir na reformulação do passado e negação da história. A literatura não oferece soluções, não traz respostas prontas e fáceis, mas pode ser lugar de interlocução e acolhimento. Como lembra-nos Jaime Ginzburg (2012, p.2020), em um país como o Brasil que "no século XX passou por duas longas ditaduras" e, na atualidade, ainda "sofre com as heranças da tradição patriarcal e dos regimes autoritários", torna-se demasiado importante a abordagem da literatura voltada à ética e aos direitos humanos.

No romance *Bebel que a cidade comeu* (1968), Loyola Brandão traz um dos seus personagens mais marcantes: o jovem Marcelo que filia-se ao Partido Comunista na busca por destruir os opressores do povo. É preso, torturado e assassinado na prisão. Antes de sua morte, os amigos subornaram alguns guardas e conseguiram levar, para dentro da prisão, blocos de anotações nos quais Marcelo escrevia suas percepções:

> *No dia da prisão apanhei muito em plena rua e o povo observava e ninguém dizia nada. Um falou: 'Pau nesses comunistas' [...].*
> *A gente ouve tiros à noite e no dia seguinte desapareceu alguém. Dizem que são fuzilamentos. Estou com medo. Muito mesmo! [...]*
> *Ninguém quer fazer amigos aqui dentro. Sinto isso em mim e nos outros. Nos ligamos, mas estamos*

> *desligados. Talvez para não sentir quando alguém desaparece de circulação. Muitos vivem no terror de sumir repentinamente [...]. Acaso aí fora a imprensa noticia alguma coisa? Nosso curso de torturas, dor e teste de paciência está quase completo. Vários se diplomaram com a morte [...]* (BRANDÃO, 2001, p. 359-363 – itálico no original).

Questões complexas são pontuadas por Marcelo na prisão: a experiência no cárcere, as torturas, o medo da morte, as dúvidas e incertezas. Sentimentos e subjetividades tecidas e costuradas na dor e no medo. Outros bilhetes também mostram a revolta e a indignação de Marcelo frente à hipocrisia reinante na sociedade brasileira: "*Nós vivemos uma situação permanentemente pacífica e sempre se fala que, graças as Deus, não se derramou o sangue do bom povo brasileiro. Mentira. Derramou-se muito. Escondido*" (BRANDÃO, 2001, p.263 – itálico no original). Posiciona-se contra a história oficial que, construída de maneira a solapar as tensões do passado, em muitos momentos visa à negação dos conflitos e exclusões. Relações sociais delicadas e complexas que tecem uma sociedade "autoritária, renegadora da realidade nacional [...], escondedora dos dilemas nacionais e de seus cadáveres, violenta. Fabrica-se a sociedade nacional no momento em que ocorre o esquecimento de certos fatos" (SILVA, 2008, p.32).

A constatação de diferentes pesquisadores é de que a violência da ditadura, longe de desaparecer, resultou disseminada na sociedade, em especial, quando se considera a cultura da impunidade onde "torturadores nunca foram julgados, onde não houve justiça de transição, onde o Exército não fez um *mea culpa* de seus pendores golpistas" (TELLES; SAFATLE, 2010, p.10) e os oficiais na ativa e na reserva continuaram elogiando e comemorando os seus feitos. Inúmeros são os legados políticos e sociais desse período que insistem em permanecer, pois conservam as práticas violentas e, ao mesmo tempo, articulam formas de ressignificar o passado e transformar a memória do que passou em algo distante como se a sociedade não houvesse "sequer participado" (REIS FILHO, 2001, p. 136). Numa espécie de "mal de Alzheimer nacional", como nos lembra Bernardo Kucinski (2016, p.15), a intervenção militar e a própria ditadura passaram, inclusive, a ser desejadas por grandes parcelas da população.

Safatle e Teles (2010) concordam que a violência da ditadura não se mede pela contagem dos "mortos deixados para trás", mas pelas suas marcas no presente e que se projetam para o futuro. Nessa perspectiva, a ditadura no Brasil teria sido mais violenta que as outras vivenciadas na América Latina, justamente por sua capacidade de não passar, por ir "muito além da data oficial de seu fim" (SELLIGMAN-SILVA, 2012, p.64), além de prevalecer a versão dos que preferem "virar a página" e enterrar a memória da ditadura civil-militar de 1964. É importante lembrar que durante o período das atividades da Comissão Nacional da Verdade instalada no Brasil em 2012 e que procurou investigar as violações de direitos humanos cometidos no período ditatorial, embora sem poder de punição, o que se viu foi uma verdadeira batalha de memórias

em que a negação e o revisionismo ganharam grande repercussão (PEREIRA, 2015).

Como nos diz Fernando Nicolazzi (2018), são muitas as formas pelas quais o passado contamina o presente, às vezes sem o devido aviso, assombrando como "memória que não descansa", uma "lembrança não apaziguada". No Brasil, o espaço público está

> ainda marcado fortemente pelos traços de uma cultura política autoritária, com suas notícias diárias de prisões arbitrárias e de desaparecimentos forçados, em que o estado de exceção parece ter sido convertido em regra. E neste espaço vemos, cotidiana e impunemente, o elogio criminoso da tortura, em alguns casos diante da própria vítima, como expressão contundente do uso indecente do passado com o único objetivo torpe de ferir mais forte quem ainda tem suas feridas expostas (NICOLAZZI, 2017, p. 10).

Nos traços de uma cultura política autoritária, encontra-se o elogio criminoso da tortura e da intervenção militar, torturadores homenageados, governantes e seus seguidores fazendo usos insustentáveis do passado. O que se vislumbra é um *passado vivo*, impertinente, como herança que nos resta de passados autoritários e inconclusos. Tensões que conferem visibilidade aos dilemas e problemas do passado/presente e implicam diferentes formas de projetar o futuro, como se algo "desse passado e de como se tornou parte do nosso presente nunca terá sossego" (GUMBRECHT, 2014b, p.50).[5]

Nas reflexões de Gumbrecht (2014b), chama a atenção a metáfora do passageiro clandestino, o que sinaliza as condições de sensibilidade do passado e a incapacidade de encontrar uma relação estável e segura com o vivido. Diz respeito daquilo que pode tornar o passado intuitivamente presente e que implica tensões e angústias:

> Numa situação de latência, sempre há um passageiro clandestino, sentimos que existe alguma coisa (ou alguém) que não conseguimos agarrar ou tocar [...]. É impossível dizermos com precisão de onde nos vem a certeza dessa presença, tampouco sabemos afirmar exatamente onde está agora aquilo que é latente [...]. E, porque não conhecemos a identidade do objeto ou da pessoa latente, nada nos garante que reconheceríamos essa entidade se alguma vez viesse a revelar-se diante de nós [...], aquilo que está latente sofre transformações durante o tempo em que permanece oculto. Um passageiro clandestino envelhece, por exemplo (GUMBRECHT, 2014b, p. 40).

Cabe sinalizar que o passado que insiste, persiste e sobrevive no presente nunca é o mesmo – os resíduos, o que *resta* atualiza-se no presente como na metáfora do passageiro clandestino. A ditadura civil-militar de 1964, como *passado*

[5] São lapidares as reflexões de Hans Ulrich Gumbrecht sobre o pós-Segunda Guerra Mundial, questões que exploram as dificuldades em lidar com o passado e a memória dos horrores da guerra e do nazismo que insistem em não passar. O teórico alemão questiona se esse é um problema de sua geração ou um problema geral com que se defrontam todas as culturas e épocas que não conseguem deixar o seu passado para trás (GUMBRECHT, 2014).

vivo, constitui um paradoxo temporal (SEFFNER, PEREIRA, 2018): não pertence ao passado, invade e perturba o presente. Para refletir sobre *passados vivos*, como os que se relacionam ao nazismo e às ditaduras, é preciso pensar que não se tratam de algo do passado que deve ser estudado com distanciamento. São temas sensíveis que trazem um paradoxo temporal, ou seja, não pertencem somente ao passado. No interior dessas reflexões, o diálogo com escrita literária aparece como um importante caminho, pois pode ser um desses lugares que deixam resíduos e que nos permitem pensar as relações entre passado e presente:

> Lemos para esquecer e também lemos para não esquecer. Escreve-se para esquecer, e o efeito da escritura é fazer com que os outros não esqueçam. Escreve-se para lembrar, e amanhã outros vão ler essa lembrança. Esquecimento e lembrança, essa oscilação permanentemente produzida por impulsos contrários: escrever para que se fique sabendo/apagar marcas, sinais, rastros, disfarçar o presente, a pessoa, os sentimentos. A ambiguidade radical da literatura se manifesta escondendo e mostrando palavras, sentimentos, objetos: ela os nomeia e, ao mesmo tempo, os desfigura até torná-los duvidosos, elusivos, dúbios [...]. Mas sua própria dificuldade garante a permanência daquilo que se diz (SARLO, 2016, p. 26).

Questões socialmente vivas e que informam temas controversos, inconclusos e inquietantes, aspectos que envolvem a responsabilidade ética e social em relação ao presente, mas também em relação ao passado e futuro, bem como a contínua tarefa de elaboração do passado e reescrita da história. Para Durval Muniz Albuquerque Júnior (2012a, não p.), os historiadores devem ser "agentes do luto social", devem lutar contra a cegueira social, contra a vontade de amnésia, a força sem limites da sociedade em querer esquecer, em não inscrever (ou inscrever de forma frágil) na consciência coletiva, no espaço público e nas memórias, "os fatos e feitos pouco abonadores de nossas elites dirigentes". O que remete, mais uma vez, às reflexões de Jeanne Marie (2006, p.47), quando chama a atenção para o trabalho de elaboração do luto em relação ao passado que deve ser realizado pelo esforço de compreensão e esclarecimento do passado, mas sem negligenciar a ação e a intervenção no presente "para melhor viver hoje".

Aspectos que envolvem a tarefa de elaboração do passado, o desejo de memória e sentimento de indignação, por isso, o importante diálogo com a literatura de Loyola Brandão que busca testemunhar e posicionar-se também quanto à salvaguarda da história e da memória.

Recorro mais uma vez à Beatriz Sarlo que procura pensar os usos políticos dos saberes da história e da memória e enfatiza a força da literatura: "os textos existem [...]. São obstáculos levantados contra o convite ao esquecimento, contra sua possibilidade ou imposição; teimam em opor-se à hipocrisia de uma reconciliação amnésica que pretende calar o que, de qualquer modo, já se sabe" (SARLO, 2016, p.32). E a história, como "saber e prática inseparável de discussões éticas e políticas", é lugar de refletir os conflitos e as desigualdades, de ensinar a conviver com a diversidade e a

se posicionar no mundo, afinal, dentre outras possibilidades, ela "serve para produzir subjetividades humanas, para humanizar, para construir e edificar pessoas" (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012b, p.31).

Encerro com o alerta de Primo Levi para quem o ser humano é potencialmente capaz de construir uma quantidade infinita de dor e que "a dor é a única força que se cria do nada, sem custo e sem cansaço. *Basta não ver, não ouvir, não fazer*" (LEVI, 2016, p.68 – grifo meu).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. As sombras brancas: trauma, esquecimento e usos do passado. In: VARELLA, Flávia. et al. *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV, 2012a.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história? In: GONÇALVES, Márcia de Almeida. et al. *Qual o valor da história hoje*? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012b, p. 21-39.

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*: um relato sobre a banalidade do mal. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. [1968] *Bebel que a cidade comeu*. 6ª ed. São Paulo: Global, 2001.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. [1981] *Não Verás País Nenhum*. 15ª ed. São Paulo: Global, 1988.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. [1984] *O verde violentou o muro*. São Paulo: Círculo do Livro, 1989.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. Como os bons, querendo fazer o bem, praticam a maldade mais cruel. In: PRESTES, Anita Leocádia (et al). *Não olhe nos olhos do inimigo*: Olga Benário e Anne Frank. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p.33-37.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. Entrevista. *Cadernos de Literatura Brasileira*. Nº11/Junho. São Paulo: Instituto Moreira Sales, 2001.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Trilogia dos Estigmas. In: PRESTES, Anita Leocádia (et al). *Não olhe nos olhos do inimigo*: PRESTES, Anita Leocádia (et al). Não olhe nos olhos do inimigo: Olga Benário e Anne Frank. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p.39-50.

FARIA, Daniel. *O mito modernista*. Uberlândia: EDUFU, 2006.

FILHO, Daniel Aarão Reis. A anistia recíproca no Brasil ou a arte de reconstruir a história. In: TELLES, Janaína (org.) *Mortos e desaparecidos políticos*: reparação ou impunidade. 2ªed. São Paulo: Humanitas, 2001.

FOUCAULT, Michel. [1966] *As palavras e as coisas*. Uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Salma Tannus Muchail. 8.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GINZBURG, Jaime. *Crítica em tempos de violência*. São Paulo: Edusp, 2012.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Prefácio. In: JUNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. *História:* A arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007. p.11-18.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Atmosfera, ambiência, Stimmung*: Sobre um potencial oculto da literatura. Trad. Ana Isabel Soares. 1.ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC Rio, 2014a.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Depois de 1945*: latência como origem do presente. Trad. Ana Isabel Soares. 1ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014b.

HARDMAN, Francisco Foot (org.). *Morte e Progresso*: Cultura brasileira como apagamento de rastros. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

HYUSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*: Arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: LIMA, Luiz Costa (org.). *Teoria da literatura em suas fontes*. Vol. 2. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002.

KUCINSKI, Bernardo. *K.*: relato de uma busca. São Paulo: Companhia das Letra, 2016.

LEVI, Primo. [1990] *Os afogados e os sobreviventes*. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

LIMA, Luiz Costa. Desconstruindo Machado. *Folha de S. Paulo*. 23/06/2003.

NICOLAZZI, Fernando. Prefácio. In: BAUER, Carolina Silveira. *Como será o passado?*: História, Historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. 1ed. Jundiaí, SP: Paco, 2017. p.7-12.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). In: *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 31, n. 57, p. 863-902, set/dez 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752015000300863>. Acesso em: 08 abr. 2016.

RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. Trad. Raquel Ramalhete. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*: Estética e política. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2005.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado*: cultura da memória e guinada subjetiva. Trad. Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras/Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SARLO, Beatriz. [1997] *Paisagens imaginárias*: intelectuais, arte e meios de comunicação. Trad. Miriam Senra. 1.ed. São Paulo: Edusp, 2016.

SEFFNER, Fernando; PEREIRA, Nilton Mullet. Ensino de história: passados vivos e educação em questões sensíveis. In: *Revista História Hoje*, v. 7, nº13, p.14-33. 2018. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/427/275>. Acesso em: 07 fev. 2019.

SEIXAS, Jacy Alves de. Comemorar entre memória e esquecimento: Reflexões sobre a memória histórica. In: *Questões & Debates*, Curitiba, n.32, p.75-95, jan./jun., 2000. Ed. UFPR.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrativas contra o silêncio: cinema e ditadura no Brasil. In: GINZBURG, Jaime; HARDMAN, Francisco Foot (Org.). *Escritas da violência*: representações da violência na

história e na cultura contemporâneas da América Latina. v.2. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012. p.64-85.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. *Os escritores da guerrilha urbana*. Literatura de testemunho, ambivalência e transição política (1977-1984). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). *O que resta da ditadura*: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

TRAVERSO, Enzo. O passado, modos de usar: História, memória e política. Lisboa: Edições Unipop, 2012.